Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

11/02/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 1
   1.2. PRESIDÊNCIA..... 2 - 4
   1.3. VARA CÍVEL..... 5
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. PRESIDÊNCIA..... 6
   2.2. VARA CÍVEL..... 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. VARA CÍVEL..... 8 - 10
4. JORNAL EXTRA
   4.1. DECISÕES..... 11
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. PRESIDÊNCIA..... 12
6. JORNAL O QUARTO PODER
   6.1. PRESIDÊNCIA..... 13 - 14
   6.2. VARA CÍVEL..... 15 - 16
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. COMARCAS..... 17
   7.2. DECISÕES..... 18 - 20
   7.3. PRESIDÊNCIA..... 21 - 22
   7.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 23

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria regulamenta informação eletrônica sobre transações com veículos

A Corregedoria Geral da Justiça publicou um provimento no qual regulamenta e determina às Serventias Extrajudiciais, com atribuição de Tabelionatos de Notas e Registro de Títulos e Documentos, a informação eletrônica e registro das operações de compra e venda ou qualquer outra forma de transferência de propriedade de veículos automotores ao órgão de trânsito do Estado do Maranhão.

A corregedoria-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou no documento que é papel do órgão consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos procedimentos s serem adotados pelos notários e registradores no âmbito das serventias extrajudiciais. Foi levada em consideração a Carta de Salvador, que recomendou a todas as corregedorias a edição de provimentos que induzam os serviços notariais e registrais e a integrarem sistemas que assegurem o cumprimento dos princípios da publicidade e da imediatidade de seus efeitos em abrangência nacional.

O provimento resolve que as serventias extrajudiciais, as que possuem atribuição de tabelionato de notas e registros de títulos e documentos, serão obrigadas a informar eletronicamente qualquer forma de transferência de veículos ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

GOVERNADOR FLÁVIO DINO REAFIRMA COMPROMISSO COM A JUSTIÇA EM VISITA AO TJ

Governador Flávio Dino cumprimenta desembargadora Cleonice Freire durante visita ao Tribunal de Justiça

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governador Flávio Dino reafirma compromisso com a justiça em visita ao TJ

Governador Flávio Dino durante visita ao Tribunal de Justiça

Apresentar e debater ações que dêem mais celeridade à justiça e beneficiem a comunidade. Esse foi o objetivo de uma comitiva liderada pelo governador Flávio Dino ao Tribunal de Justiça do Maranhão. Acompanharam o governador na visita o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, o adjunto da pasta, Carlos Lula, o secretário de Gestão e Previdência, Felipe Camarão, o secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Lago, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Flávio Dino reafirmou o seu respeito pelos princípios constitucionais, defendendo a independência entre os três Poderes da República e lembrando que a sua gestão será pautada pela justiça social. "A justiça não é apenas um adereço presente na nossa constituição, ela precisa ser vivenciada na prática por todos nós diariamente. Vamos investir para que o Poder Judiciário trabalhe sempre melhor para o benefício da população", destacou o governador.

Uma das solicitações feitas pelo governador foi a agilização das demandas de saúde. "Nós conversamos sobre a agilização de algumas ações judiciais que são importantes para o Maranhão, sobretudo aquelas que garantirão que nós tenhamos um atendimento adequado à saúde e outras políticas públicas que tragam mais benefícios para o povo do estado", explicou o governador.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, mostrou a disposição do Judiciário maranhense em solucionar com agilidade o tema da saúde, pois a Casa possui uma comissão interna especificamente para tratar desses temas prioritários. "Essa comissão visa reduzir a demora de questões prioritárias. Vamos intensificar os trabalhos no que diz respeito à saúde", garantiu a presidente, afirmando que vem dialogando com o novo governo para garantir atendimento célere à população.

Outro tema debatido entre os participantes foram execuções fiscais relacionadas ao Maranhão, que vão garantir mais arrecadação para estado. "Como nós podemos fazer com que aqueles que devem ao estado possam cumprir as suas obrigações e com isso nós possamos manter o cumprimento das políticas públicas", ressaltou o governador Flávio Dino.

PRECATÓRIOS

Desde o ano de 2012, o Estado não paga nenhum precatório, as dívidas do Estado reconhecidas pelo Judiciário. Esse atraso representa um montante de R$ 540 milhões que devem sair dos cofres do estado. "Herdamos três anos de fila e queremos regularizar essa situação até o ano de 2018. A nossa proposta é instalar um juizado de conciliação de precatórios para conseguir dar mais celeridade a esse projeto", destacou o governador, que propôs a criação de uma instância de conciliação entre o Poder Executivo e seus credores de precatórios.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA recebe a visita do governador Flávio Dino

Para a desembargadora presidente, a visita é sinal da harmonia no relacionamento entre os dois poderes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu nesta terça-feira (10) a visita de cortesia do governador do Estado, Flávio Dino, acompanhado do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, e dos secretários Marcelo Tavares (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Felipe Camarão (Gestão e Previdência) e Carlos Lula (Adjunto da Casa Civil).

O encontro teve a participação da vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz, da corregedora-geral, Nelma Sarney, e da maioria dos desembargadores que integram o colegiado. Os gestores conversaram sobre assuntos de interesse comum entre os poderes Judiciário e o Executivo, como a questão do pagamento dos precatórios judiciais, execução fiscal e programas sociais mantidos pela Justiça estadual, dentre outros.

A presidente do TJMA e os desembargadores apresentaram ao governador demandas relacionadas ao funcionamento e estrutura do Poder Judiciário, como a necessidade de um terreno para construir unidades administrativas - objeto da Lei nº 10.166/2014; recursos para construção e reforma de fóruns; cooperação no combate ao crime organizado e em parcerias com vistas a impulsionar o trabalho da conciliação na solução de demandas judiciais.

Para a desembargadora presidente, a visita é sinal da harmonia e do diálogo existentes no relacionamento entre os dois poderes, e foi útil para a discussão de diversas demandas da Justiça estadual. Durante a conversa, a magistrada demonstrou preocupação com a carência de recursos financeiros para o enfrentamento da demanda judicial.

"A ampliação da estrutura do Poder Judiciário - do espaço físico ao número de magistrados e servidores-, é necessária, mas depende, 99%, da liberação financeira do orçamento pelo Executivo. Para nomear juízes e servidores precisamos de orçamento suficiente para pagar a folha, que já se encontra no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos nomear sem ter recursos financeiros, porque isso iria onerar a folha de pagamento e a administração incidiria contra a Lei de Responsabilidade Fiscal", declarou a desembargadora Cleonice Freire.

Segundo o governador Flávio Dino, a visita foi solicitada com o objetivo de registrar o compromisso do governo com a autonomia do Poder Judiciário e com a independência judicial, e também para conhecer os programas sociais que o Tribunal de Justiça desempenha, com o compromisso de apoiá-los, sobretudo nas áreas de combate à violência contra a mulher e da infância e juventude, de grande importância para a população.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Defensoria garante adoção de nome social e mudança de sexo à assistida transexual

Atendendo à solicitação da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Adriano Fonseca (nome fictício), de 54 anos, conquistou na Justiça o direito de ser chamado de Mirella Thatyelle Silva Sousa e de realizar a cirurgia de redesignação sexual. A retificação na certidão de nascimento e a intervenção cirúrgica foram propostas em 2012 pela defensora pública e titular do Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT da DPE/MA, Ana Lourena Moniz Costa, e deferidas pela Justiça em 2014.

Mirella Thatyelle atualmente trabalha como cabeleireira e preside a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra). Segundo ela, a atuação da Defensoria foi fundamental para a realização do sonho que nutre desde a adolescência. "Saí de casa aos 17 anos e sempre tive o desejo de ser reconhecida como realmente eu sou. Não consegui concretizar meus planos pelas vias particulares e logo em seguida conheci a Defensoria, num seminário promovido pela instituição. Então busquei ajuda no núcleo especializado que pediu minha documentação e deu entrada no processo. Depois de uma grande batalha, conseguimos a vitória".

Para chegar ao resultado positivo, a Defensoria solicitou a alteração no registro civil, na 3ª Vara Cível, onde o juiz responsável pediu provas testemunhais para confirmação de que a assistida realmente atendia pelo nome social em questão, o que foi prontamente providenciado e anexado aos autos. De posse dessa informação, o magistrado expediu mandado de averbação, que a assistida deve apresentar ao cartório, solicitando a mudança do nome e do gênero. "Estou programando fazer a mudança ainda este mês, em minha cidade e, enfim, ser de fato e de direito Mirella", informou.

A transexual também garantiu na justiça uma cirurgia de transgenitalização que será realizada em Goiás, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A análise judicial obedeceu a rígidos critérios, pois a intervenção é irreversível. A atuação da Defensoria Estadual em favor de travestis e transexuais é antiga e já obteve sucesso em outras demandas, como no caso da transexual Dryelly Carneiro Serra, que também conseguiu a mudança de nome social. Além disso, acontece regularmente o atendimento na sede da Defensoria, com atuação no combate à violência contra a população LGBT.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA recebe visita do governador

TJ recebe a visita de cortesia do governador, Flávio Dino

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, recebeu nesta terça-feira (10) a visita de cortesia do governador do Estado, Flávio Dino, acompanhado do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, e dos secretários Marcelo Tavares (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Felipe Camarão (Gestão e Previdência) e Carlos Lula (Adjunto da Casa Civil).

O encontro teve a participação da vice-presidente do TJMA, Anildes Cruz, da corregedora-geral, Nelma Sarney, e da maioria dos desembargadores que integram o colegiado. Os gestores conversaram sobre assuntos de interesse comum entre os poderes Judiciário e o Executivo, como a questão do pagamento dos precatórios judiciais, execução fiscal e programas sociais mantidos pela Justiça estadual, dentre outros.

A presidente do TJMA e os desembargadores apresentaram ao governador demandas relacionadas ao funcionamento e estrutura do Poder Judiciário, como a necessidade de um terreno para construir unidades administrativas - objeto da Lei nº 10.166/2014; recursos para construção e reforma de fóruns; cooperação no combate ao crime organizado e em parcerias com vistas a impulsionar o trabalho da conciliação na solução de demandas judiciais.

Para a desembargadora presidente, a visita é sinal da harmonia e do diálogo existentes no relacionamento entre os dois poderes, e foi útil para a discussão de diversas demandas da Justiça estadual. Durante a conversa, a magistrada demonstrou preocupação com a carência de recursos financeiros para o enfrentamento da demanda judicial.

"A ampliação da estrutura do Poder Judiciário - do espaço físico ao número de magistrados e servidores-, é necessária, mas depende, 99%, da liberação financeira do orçamento pelo Executivo. Para nomear juízes e servidores precisamos de orçamento suficiente para pagar a folha, que já se encontra no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos nomear sem ter recursos financeiros, porque isso iria onerar a folha de pagamento e a administração incidiria contra a Lei de Responsabilidade Fiscal", declarou a desembargadora Cleonice Freire.

Segundo o governador Flávio Dino, a visita foi solicitada com o objetivo de registrar o compromisso do governo com a autonomia do Poder Judiciário e com a independência judicial, e também para conhecer os programas sociais que o Tribunal de Justiça desempenha, com o compromisso de apoiá-los, sobretudo nas áreas de combate à violência contra a mulher e da infância e juventude, de grande importância para a população.

No que se refere ao pagamento das dívidas judiciais do poder público, em situação de inadimplência, Flávio Dino disse desejar retomar o pagamento dos precatórios em atraso, respeitando a prioridade, e demonstrou interesse em agilizar também outras ações judiciais importantes para o Estado, que poderão garantir atendimento adequado às questões da saúde e de outras políticas públicas.

"Tratamos das execuções fiscais e sobre o que poderemos fazer para que aqueles que devem ao Estado possam cumprir suas obrigações e com isso mantermos o financiamento das políticas públicas', acrescentou o governador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

NOME SOCIAL

Defensoria garante adoção e mudança à transexuais

Atendendo à solicitação da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Adriano Fonseca (nome fictício), de 54 anos, conquistou na Justiça o direito de ser chamado de Mirella Thatyelle Silva Sousa e de realizar a cirurgia de redesignação sexual. A retificação na certidão de nascimento e a intervenção cirúrgica foram propostas em 2012 pela defensora pública e titular do Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT da DPE/MA, Ana Lourena Moniz Costa, e deferidas pela Justiça em 2014.

Mirella Thatyelle atualmente trabalha como cabeleireira e preside a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra). Segundo ela, a atuação da Defensoria foi fundamental para a realização do sonho que nutre desde a adolescência. "Saí de casa aos 17 anos e sempre tive o desejo de ser reconhecida como realmente eu sou. Não consegui concretizar meus planos pelas vias particulares e logo em seguida conheci a Defensoria, num seminário promovido pela instituição. Então busquei ajuda no núcleo especializado que pediu minha documentação e deu entrada no processo. Depois de uma grande batalha, conseguimos a vitória".

Para chegar ao resultado positivo, a Defensoria solicitou a alteração no registro civil, na 3ª Vara Cível, onde o juiz responsável pediu provas testemunhais para confirmação de que a assistida realmente atendia pelo nome social em questão, o que foi prontamente providenciado e anexado aos autos. De posse dessa informação, o magistrado expediu mandado de averbação, que a assistida deve apresentar ao cartório, solicitando a mudança do nome e do gênero. "Estou programando fazer a mudança ainda este mês, em minha cidade e, enfim, ser de fato e de direito Mirella", informou.

A transexual também garantiu na justiça uma cirurgia de transgenitalização que será realizada em Goiás, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A análise judicial obedeceu a rígidos critérios, pois a intervenção é irreversível. A atuação da Defensoria Estadual em favor de travestis e transexuais é antiga e já obteve sucesso em outras demandas, como no caso da transexual Dryelly Carneiro Serra, que também conseguiu a mudança de nome social. Além disso, acontece regularmente o atendimento na sede da Defensoria, com atuação no combate à violência contra a população LGBT.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz afirma que alta abusiva da gasolina é caso para a polícia

Afirmação é do juiz de direito da 15ª Vara Cível de São Luís, Alexandre Lopes Abreu, que sugere ação do MP. **Consumidor 7**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Aumento no preço da gasolina em São Luís é caso de polícia, diz juiz

Alexandre Lopes Abreu, da 15ª Vara Cível da capital, afirma que a alta abusiva de preços fere os direitos da coletividade e que o Ministério Público deve se manifestar; Procon entrará com Ação Civil Pública para forçar a redução do preço nas bombas

Jock Dean
Da equipe de O Estado

O aumento abusivo no preço da gasolina nos postos de combustíveis de São Luís é caso de polícia, afirma o juiz de direito da 15ª Vara Cível de São Luís, Alexandre Lopes Abreu. Segundo o magistrado, o caso fere os direitos da coletividade, por isso, instituições como o Ministério Público Estadual devem se manifestar. A Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon), que já notificou o Sindicato dos Revendedores de Combustível do Estado do Maranhão (Sindicomb-MA) por causa do aumento, deve entrar com Ação Civil Pública pedindo a redução imediata dos preços.

Para o juiz, o aumento no preço da gasolina atenta não apenas contra o consumidor, mas contra toda a cadeia de produção e relacionamento. Por isso, órgãos de fiscalização e defesa do consumidor, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), Defensoria Pública do Estado (DPE), o Procon e o Ministério Público Estadual devem se manifestar para evitar que o consumidor continue sendo lesado. "Nessa situação, não há mais espaço para a conciliação, porque não se tratam de ações individuais, mas de interesse coletivo", afirmou.

Para o juiz Alexandre Lopes Abreu, o aumento abusivo é ilegal na medida que se formam eventuais cartéis, que ocorrem quando os fornecedores se reúnem, determinam o preço do combustível, eliminando a concorrência entre si, um crime contra a economia. "Sabemos que a formação de cartel na venda de combustíveis é uma prática antiga em São Luís", ressaltou.

Notificação - No dia 2 deste mês, o Procon notificou o Sindicomb-MA pelo aumento abusivo no preço da gasolina. A notificação estabeleceu prazo de 48 horas para que os postos baixassem o valor na bomba. Alguns postos cumpriram a determinação, reduzindo três centavos, outros ignoraram a notificação. "Como ao que parece, os postos não estão propensos a baixar o preço, a saída é uma ação judicial, pois quando não se consegue resolver um problema de forma extrajudicial, a única saída é recorrer ao Judiciário", declarou o promotor de Defesa do Direito do Consumidor, Carlos Augusto Oliveira.

Com o descumprimento do prazo inicial de 48 horas dado pelo Procon para que os postos deixassem de praticar preços abusivos, o órgão deu um novo prazo, que também não foi cumprido. Com isso, o Procon deve entrar com Ação Civil Pública com pedido de liminar na sexta-feira, 13, para forçar a redução do preço na bomba. "Acredito que, diante da gravidade da situação, o Judiciário deva se sensibilizar e emitir um parecer já na semana que vem, esperamos, à favor do consumidor", afirmou o promotor.

Reajuste - O aumento no preço dos combustíveis, autorizado pelo Governo Federal, deveria entrar em vigor no dia 1º de fevereiro, mas em São Luís os motoristas começaram a pagar mais caro pela gasolina logo no dia 31 de janeiro. O aumento esperado era de, no máximo, R$ 0,22 para a gasolina e R$ 0,15 para o diesel, resultado da alta dos tributos Programa de Integração Social, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

Mas, em alguns postos de combustíveis de São Luís, o aumento chegou a R$ 0,40, quase o dobro do estabelecido. No Vinhais, por exemplo, a gasolina que custava R$ 3,07 até o dia 30 de janeiro passou para quase R$ 3,59 no dia 31, reajuste de quase R$ 0,52 no litro do combustível. No Anil, alguns postos passaram a vender a gasolina a R$ 3,49.

"O setor deve praticar preços justos, pois embora não haja tabelamento, nenhum fornecedor está autorizado a praticar aumentos sem justificativa e sabemos que nenhum fornecedor realizou melhoria em seu posto de combustíveis que justifique o aumento abusivo nos preços", frisou o promotor Carlos Augusto Oliveira.

O Sindicomb-MA informou que não pode orientar a categoria sobre formação de preço, pois isso caracteriza crime contra a ordem econômica. Já a ANP informou que não fiscaliza nem regula preços de combustíveis e que o consumidor, ao identificar preços abusivos, deve recorrer ao Procon.

Mais

- **A distribuição de** combustíveis no Maranhão é feita a partir de uma base em São Luís, que recebe os derivados de petróleo no Porto do Itaqui. Apesar disso, o preço da gasolina comum na capital é mais caro do que em outras cidades do estado.
- **Em Timon,** o combustível custa R$ 0,25 a menos que na capital.
- **Em Santa Inês,** a diferença chega a R$ 0,24.
- **Em Codó,** o condutor paga R$ 0,18 a menos pelo litro de gasolina.
- **Em Açailândia,** o litro custa R$ 0,29 a menos.
- **Em Imperatriz,** são R$ 0,25 a menos do que em São Luís

Alexandre Lopes Abreu, juiz da 15ª Vara Cível

Carlos Augusto Oliveira, promotor do Consumidor

> "É um ato atentatório contra o consumidor e contra toda a cadeia de produção e relacionamento. Nesta situação, não há mais espaço para a conciliação"
>
> **Alexandre Lopes Abreu,** juiz de direito da 15ª Vara Cível de São Luís

> "Está claro que este aumento abusivo no preço da gasolina pelos postos de São Luís resulta da esperteza dos donos dos estabelecimentos"
>
> **Carlos Augusto Oliveira,** promotor de Defesa do Direito do Consumidor

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Homem garante adoção de nome social e mudança de sexo com apoio da DPE

Adriano Fonseca (nome fictício) conquistou na Justiça o direito de ser chamado de Mirella Thatyelle Silva Sousa e de realizar a cirurgia de redesignação sexual

Divulgação

Mirella Silva Sousa no local onde trabalha como cabeleireira

Adriano Fonseca (nome fictício), de 54 anos, conquistou na Justiça o direito de ser chamado de Mirella Thatyelle Silva Sousa e de realizar a cirurgia de redesignação sexual. A retificação na certidão de nascimento e a intervenção cirúrgica foram propostas em 2012 pela defensora pública e titular do Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Ana Lourena Moniz Costa, e deferidas pela Justiça em 2014.

Mirella Thatyelle atualmente trabalha como cabeleireira e preside a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra). Segundo ela, a atuação da Defensoria foi fundamental para a realização do sonho que nutre desde a adolescência.

"Saí de casa aos 17 anos e sempre tive o desejo de ser reconhecida como realmente eu sou. Não consegui concretizar meus planos pelas vias particulares e logo em seguida conheci a Defensoria, num seminário promovido pela instituição. Então busquei ajuda no núcleo especializado, que pediu minha documentação e deu entrada no processo. Depois de uma grande batalha, conseguimos a vitória", disse.

Para chegar ao resultado positivo, a Defensoria solicitou a alteração no registro civil, na 3ª Vara Cível, onde o juiz responsável pediu provas testemunhais para confirmação de que a assistida realmente atendia pelo nome social em questão, o que foi prontamente providenciado e anexado aos autos. De posse dessa informação, o magistrado expediu mandado de averbação, que a assistida deve apresentar ao cartório, solicitando a mudança do nome e do gênero. "Estou programando fazer a mudança ainda este mês, em minha cidade e, enfim, ser de fato e de direito Mirella", informou.

> "Não consegui concretizar meus planos pelas vias particulares e logo em seguida conheci a Defensoria, num seminário promovido pela instituição. Então busquei ajuda no núcleo especializado, que pediu minha documentação e deu entrada no processo. Depois de uma grande batalha, conseguimos a vitória"
>
> **Mirella Thatyelle Silva Sousa,** que conquistou na Justiça o direito de mudar de nome

A transexual também garantiu na Justiça uma cirurgia de transgenitalização que será realizada em Goiás, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A análise judicial obedeceu a rígidos critérios, pois a intervenção é irreversível. A atuação da Defensoria Estadual em favor de travestis e transexuais é antiga e já obteve sucesso em outras demandas, como no caso da transexual Dryelly Carneiro Serra, que também conseguiu a mudança de nome social. Além disso, acontece regularmente o atendimento na sede da Defensoria, com atuação no combate à violência contra a população LGBT. A produção de cartilhas educativas, a participação e promoção de seminários, dentre outros, também fazem parte das ações desenvolvidas nessa área, pela instituição.

Para o defensor público Mauro Henrique Chaves, que responde interinamente pelo Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT da DPE, é grande a satisfação da Defensoria em ajudar Mirella Thatyelle a estruturar sua vida, conforme sua identidade de gênero. "A partir do momento que a Defensoria Pública ajuíza uma ação, exigindo uma providência e o magistrado a julga procedente, trata-se de uma grande conquista para o assistido, nos causando, também, uma grande alegria, que é a nossa maior recompensa", revelou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

BB condenado

De pouquinho a Lei dos 30 minutos vai sendo aplicada. Já foi condenado, Bradesco, Itau, Caixa, agora foi a vez do Banco do Brasil. Em uma decisão da 4ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Maranhão, que manteve sentença do juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais em favor de uma cliente que esperou mais de três horas por atendimento, em uma agência do Banco do Brasil Imperatriz.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governador Flávio Dino reafirma compromisso com a justiça em visita ao TJ

Francisco Campos

Governador Flávio Dino durante visita ao Tribunal de Justiça

Apresentar e debater ações que deem mais celeridade à justiça e beneficiem a comunidade. Esse foi o objetivo de uma comitiva liderada pelo governador Flávio Dino ao Tribunal de Justiça do Maranhão. Acompanharam o governador na visita o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares; o adjunto da pasta, Carlos Lula; o secretário de Gestão e Previdência, Felipe Camarão; o secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Lago, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Flávio Dino reafirmou o seu respeito pelos princípios constitucionais, defendendo a independência entre os três Poderes da República e lembrando que a sua gestão será pautada pela justiça social. "A justiça não é apenas um adereço presente na nossa constituição, ela precisa ser vivenciada na prática por todos nós diariamente. Vamos investir para que o Poder Judiciário trabalhe sempre melhor para o benefício da população", destacou o governador.

Uma das solicitações feitas pelo governador foi a agilização das demandas de saúde. "Nós conversamos sobre a agilização de algumas ações judiciais que são importantes para o Maranhão, sobretudo aquelas que garantirão que nós tenhamos um atendimento adequado à saúde e outras políticas públicas que tragam mais benefícios para o povo do estado", explicou o governador.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, mostrou a disposição do Judiciário maranhense em solucionar com agilidade o tema da saúde, pois a Casa possui uma comissão interna especificamente para tratar desses temas prioritários. "Essa comissão visa reduzir a demora de questões prioritárias. Vamos intensificar os trabalhos no que diz respeito à saúde", garantiu a presidente, afirmando que vem dialogando com o novo governo para garantir atendimento célere à população.

Outro tema debatido entre os participantes foram execuções fiscais relacionadas ao Maranhão, que vão garantir mais arrecadação para estado. "Como nós podemos fazer com que aqueles que devem ao estado possam cumprir as suas obrigações e com isso nós possamos manter o cumprimento das políticas públicas", ressaltou o governador Flávio Dino.

Precatórios - Desde o ano de 2012, o Estado não paga nenhum precatório, as dívidas do Estado reconhecidas pelo Judiciário. Esse atraso representa um montante de R$ 540 milhões que devem sair dos cofres do estado. "Herdamos três anos de fila e queremos regularizar essa situação até o ano de 2018. A nossa proposta é instalar um juizado de conciliação de precatórios para conseguir dar mais celeridade a esse projeto", destacou o governador, que propôs a criação de uma instância de conciliação entre o Poder Executivo e seus credores de precatórios.

A presidente do TJ-MA considerou esta uma solução adequada para o problema. "Essa ideia é muito boa para agilizar a fila de precatórios acumulada há três anos aqui no Maranhão. O nosso programa de conciliação existe há três anos e está se mostrando muito eficaz. Inclusive, estamos expandindo pra outras áreas da ilha", observou a desembargadora Cleonice Freire.

Está sendo adotada uma série de medidas pelo Estado para que até 2018 todos os precatórios estejam pagos. "Nós vamos tentar reativar uma política de pagamentos desses precatórios mediante acordos e conciliações feitos por regras objetivas e transparentes. Para isto vamos procurar outras fontes para tentar pagar esses recursos, como, por exemplo, o uso de depósito judicial tributário, já que existe uma lei federal que prevê essa utilização e nós estamos regulamentando, no âmbito da Procuradoria do Estado, a minuta de uma lei para utilização, pelo Estado, desse recurso que nós estamos levantando junto ao Banco do Brasil, para pagar tanto os precatórios quanto a dívida fundada do Estado", esclareceu o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino reafirma compromisso com a justiça em visita ao TJ

Francisco Campos

Página - 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governador Flávio Dino reafirma compromisso com a justiça em visita ao TJ

Apresentar e debater ações que dêem mais celeridade à justiça e beneficiem a comunidade. Esse foi o objetivo de uma comitiva liderada pelo governador Flávio Dino ao Tribunal de Justiça do Maranhão. Acompanharam o governador na visita o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, o adjunto da pasta, Carlos Lula, o secretário de Gestão e Previdência, Felipe Camarão, o secretário de Transparência e Controle, Rodrigo Lago, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia.

Flávio Dino reafirmou o seu respeito pelos princípios constitucionais, defendendo a independência entre os três Poderes da República e lembrando que a sua gestão será pautada pela justiça social. "A justiça não é apenas um adereço presente na nossa constituição, ela precisa ser vivenciada na prática por todos nós diariamente. Vamos investir para que o Poder Judiciário trabalhe sempre melhor para o benefício da população", destacou o governador.

Uma das solicitações feitas pelo governador foi a agilização das demandas de saúde. "Nós conversamos sobre a agilização de algumas ações judiciais que são importantes para o Maranhão, sobretudo aquelas que garantirão que nós tenhamos um atendimento adequado à saúde e outras políticas públicas que tragam mais benefícios para o povo do estado", explicou o governador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Defensoria do MA consegue mudança de nome e sexo para cabeleireiro

Página - 5

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Adriano virou Mirella!

Defensoria do MA consegue mudança de nome e sexo para cabeleireiro

Atendendo à solicitação da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Adriano Fonseca (nome fictício), de 54 anos, conquistou na Justiça o direito de ser chamado de Mirella Thatyelle Silva Sousa e de realizar a cirurgia de redesignação sexual. A retificação na certidão de nascimento e a intervenção cirúrgica foram propostas em 2012 pela defensora pública e titular do Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT da DPE/MA, Ana Lourena Moniz Costa, e deferidas pela Justiça em 2014.

Mirella Thatyelle atualmente trabalha como cabeleireira e preside a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra). Segundo ela, a atuação da Defensoria foi fundamental para a realização do sonho que nutre desde a adolescência. "Saí de casa aos 17 anos e sempre tive o desejo de ser reconhecida como realmente eu sou. Não consegui concretizar meus planos pelas vias particulares e logo em seguida conheci a Defensoria, num

seminário promovido pela instituição. Então busquei ajuda no núcleo especializado que pediu minha documentação e deu entrada no processo. Depois de uma grande batalha, conseguimos a vitória".

Para chegar ao resultado positivo, a Defensoria solicitou a alteração no registro civil, na 3ª Vara Cível, onde o juiz responsável pediu provas testemunhais para confirmação de que a assistida realmente atendia pelo nome social em questão, o que foi prontamente providenciado e anexado aos autos. De posse dessa informação, o magistrado expediu mandado de averbação, que a assistida deve apresentar ao cartório, solicitando a mudança do nome e do gênero. "Estou programando fazer a mudança ainda este mês, em minha cidade e, enfim, ser de fato e de direito Mirella", informou.

A transexual também garantiu na justiça uma cirurgia de transgenitalização que será realizada em Goiás, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A análise judicial obedeceu a rígidos critérios, pois a intervenção é irreversível. A atuação da Defensoria Estadual em favor de travestis e transexuais é antiga e já obteve sucesso em outras demandas, como no caso da transexual Dryelly Carneiro Serra, que também conseguiu a mudança de nome social. Além disso, acontece regularmente o atendimento na sede da Defensoria, com atuação no combate à violência contra a população LGBT. A produção de cartilhas educativas, a participação e promoção de seminários, dentre outros, também fazem parte das ações desenvolvidas nessa área, pela instituição.

Para o defensor público Mauro Henrique Chaves, que responde interinamente pelo Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT da DPE, é grande a satisfação da Defensoria em ajudar Mirella Thatyelle a estruturar sua vida, conforme sua identidade de gênero. "A partir do momento que a Defensoria Pública ajuíza uma ação, exigindo uma providência e o magistrado a julga procedente, trata-se de uma grande conquista para o assistido, nos causando, também, uma grande alegria, que é a nossa maior recompensa", revelou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MIRADOR

Comarca suspende atendimento quinta e sexta-feira

Em portaria datada da última sexta-feira (6), a titular da Comarca de Mirador, juíza Carolina de Sousa Castro, determina a suspensão do atendimento ao público na quinta (12) e sexta-feira (13). A suspensão se repete na quinta e sexta-feira posteriores aos feriados de Carnaval, dias 19 e 20. Os prazos processuais também ficam suspensos nas datas, ficando prorrogados para o primeiro dia útil subseqüente.

Conforme a portaria (Portaria 358/2015), a medida se deve à "reforma na parte interna do prédio, onde se dará a reconstrução da rede lógica e elétrica de todo o prédio do Fórum da comarca", reforma que, segundo a juíza, inviabiliza tanto o atendimento ao público quanto os serviços dos serventuários.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JOÃO LISBOA

Avon terá de indenizar cliente por dano moral

A Avon Losango Promotora de Vendas Ltda foi condenada pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ao pagamento de R$ 5 mil, por dano moral, a um revendedor que teve seu nome incluído indevidamente nos serviços de proteção ao crédito. A decisão do colegiado mantém sentença do juízo da comarca de João Lisboa.A negativação do nome do revendedor ocorreu em maio de 2012, quando ele negociou com a Avon o pagamento de uma dívida de R$ 450,52, em dez parcelas de R$147,99, ficando celebrado, na ocasião, acordo para que seu nome fosse retirado do cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias, o que não veio a ocorrer mesmo com a quitação das oito parcelas da mencionada dívida.

Em recurso interposto junto ao TJMA, a Avon alegou não haver razão para a sua condenação, uma vez que a inclusão do nome do revendedor nos cadastros de proteção de crédito foi motivada por uma dívida não paga. Afirmou, também, que o atraso na retirada do nome do apelado do SPC gerou mero aborrecimento, não acarretando dano moral.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, considerou que houve significativa demora na exclusão do nome do revendedor dos órgãos de proteção ao crédito, devendo o mesmo ser indenizado pela manutenção indevida do seu nome nos serviços de proteção ao crédito, tendo em vista que houve o pagamento substancial da dívida, com a amortização de oito parcelas de um total de dez.

Quanto ao valor da indenização, o magistrado destacou que a quantia não pode ser tão baixa a ponto de não alcançar a sua finalidade preventiva e punitiva, como forma de impedir que a conduta venha a ser praticada novamente, sendo o valor de R$5 mil suficiente para reparar a lesão moral sofrida e atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. *(Ascom TJMA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

▼ DESCE

A Avon Losango Promotora de Vendas Ltda foi condenada pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ao pagamento de R$ 5mil, por dano moral, a um revendedor que teve seu nome incluído indevidamente nos serviços de proteção ao crédito.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico (SRP) nº 05/2015
Processo nº 54.825/2014

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Gerenciamento de Abastecimento e Manutenção dos Veículos do Poder Judiciário; Abertura: 02/03/2015 às 11:00h (horário de Brasília); Local: Site www.comprasnet.gov.br; Informações: Divisão de Licitação e Contratos, Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA; E-mail: divilicitacao@tjma.jus.br. Fones: (98) 3223-7212/7219.

São Luís-MA, 11 de fevereiro de 2015.

Allyson Frank Gouveia Costa
Pregoeiro TJMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governador reafirma compromisso com a Justiça em visita ao TJ-MA

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, recebeu, ontem, a visita de cortesia do governador Flávio Dino. Os gestores conversaram sobre assuntos de interesse comum entre os poderes Judiciário e Executivo, como a questão do pagamento dos precatórios judiciais, dentre outros. PÁGINA 3 [C1] |

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Governador reafirma compromisso com a justiça em visita ao TJ

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, recebeu, ontem, a visita de cortesia do governador Flávio Dino. Os gestores conversaram sobre assuntos de interesse comum entre os poderes Judiciário e Executivo, como a questão do pagamento dos precatórios judiciais, execução fiscal e programas sociais mantidos pela Justiça estadual, dentre outros.

Foram apresentadas ao governador demandas relacionadas ao funcionamento e estrutura do Poder Judiciário, como a necessidade de um terreno para construir unidades administrativas; recursos para construção e reforma de fóruns; cooperação no combate ao crime organizado e em parcerias com vistas a impulsionar o trabalho da conciliação na solução de demandas judiciais.

Para a desembargadora presidente, a visita é sinal da harmonia e do diálogo existentes no relacionamento entre os dois poderes, e foi útil para a discussão de diversas demandas da Justiça estadual. Durante a conversa, a magistrada demonstrou preocupação com a carência de recursos financeiros para o enfrentamento da demanda judicial.

"Para nomear juízes e servidores precisamos de orçamento suficiente para pagar a folha, que já se encontra no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal", declarou Cleonice Freire.

Segundo o governador, a visita foi solicitada com o objetivo de registrar o compromisso do governo com a autonomia do Poder Judiciário e com a independência judicial, e também para conhecer os programas sociais que o Tribunal de Justiça desempenha, com o compromisso de apoiá-los, sobretudo nas áreas de combate à violência contra a mulher e da infância e juventude, de grande importância para a população.

No que se refere ao pagamento das dívidas judiciais do poder público, em situação de inadimplência, Flávio Dino disse desejar retomar o pagamento dos precatórios em atraso, respeitando a prioridade, e demonstrou interesse em agilizar também outras ações judiciais importantes para o Estado, que poderão garantir atendimento adequado às questões da saúde e de outras políticas públicas.

Segurança – Durante a visita, o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), desembargador Froz Sobrinho, demonstrou preocupação com o combate ao crime organizado no Maranhão e com as condições de encarceramento dos condenados em regime de segurança máxima. O governador do Estado anunciou, na oportunidade, que irá construir um presídio de segurança máxima no Estado, uma vez que o Presídio São Luís III, em Pedrinhas, não se presta a essa finalidade.

Orçamento – Ao final da audiência ficou acertado o compromisso de haver uma reunião técnica entre a área de orçamento do Tribunal de Justiça e a Secretaria de Planejamento do Estado, para que sejam analisadas as demandas do Judiciário, no que se refere à necessidade de recursos humanos e de infraestrutura, para que possa ser pactuado um cronograma visando ao atendimento dessas necessidades.

Demandas da saúde – Uma das solicitações feitas pelo governador durante a visita ao TJMA foi a agilização das demandas de saúde. Flávio Dino pediu a agilização de ações judiciais que garantirão um atendimento adequado à saúde e outras políticas públicas que tragam mais benefícios para o povo do estado.

A presidente do TJMA demonstrou que há disposição do Judiciário em solucionar com agilidade o tema da saúde, pois a Casa possui uma comissão interna especificamente para tratar desses temas prioritários.

FRANCISCO CAMPOS

Flávio Dino recebe da desembargadora Cleonice Freire documentos produzidos pela cúpula do TJMA

> "Para nomear juízes e servidores precisamos de orçamento suficiente para pagar a folha, que já se encontra no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal"
>
> (Desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJ do Maranhão)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Correção

Em decisão do dia 4 passado, só agora publicada, o juiz Antônio Manoel Velôzo, da Vara da Infância e Juventude de Caxias, determina ao prefeito Léo Coutinho que corrija todas as inconformidades detectadas pela Vigilância Sanitária Estadual na Maternidade Carmosina Coutinho, sob o risco de multa diária de R$ 5 mil...

MP

...A decisão de Velôzo atende a Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual que cobra a solução imediata das irregularidades apontadas no relatório da inspeção sanitária estadual...

Exigências

...Entre as exigências sanitárias constantes do relatório há a "contratação de pessoal especializado - a exemplo de médico pediatra com área de atuação em neonatologia para responsável técnico na UTIN"; enfermeiro e fisioterapeuta especialistas em terapia intensiva ou outra especialização relacionada à paciente grave (neonatal); equipamentos; capacitação de pessoal e outras.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação